

## EDITAL

Pregão Eletrônico nº 054/2024		Data de Abertura: 30/08/2024 às 09:00h www.gov.br/compras/pt-br	
Nº do PE no compras.gov.br: 900542024		UASG: 925302	Nº do Proc.: 09.103.000006.2024
<b>Objeto:</b> CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA DE SEGURO AERONÁUTICO DE CASCO, RETA E "LIMITE ÚNICO COMBINADO- LUC", PARA AS AERONAVES DE ASAS FIXAS, TIPO KING AIR B-250 - HAWKER BEECHCRAFT PREFIXO – PR-EPB - MODELO – BE 20 - Nº DE SÉRIE – BY-77 E SENECA V - PIPER AIRCRAFT - MODELO - PA-34 220T - PREFIXO – PR-SPB - Nº DE SÉRIE – 3449477, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE FRANQUIA DE ACIONAMENTO DO SEGURO (EM QUANTIDADE LIMITE DE 01 ACIONAMENTO POR AERONAVE)			
<b>Órgão Requisitante:</b> CASA MILITAR DO GOVERNADOR DA PARAÍBA - CMG-PB			
<b>Valor Total Estimado:</b> R\$ 1.081.373,88 (um milhão oitenta e um mil trezentos e setenta e três reais e oitenta e oito centavos)			
PREGÃO ELETRÔNICO - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO SEM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA			
<b>Registro de Preços?</b>	<b>Vistoria?</b>	<b>Amostra?</b>	
NÃO	SIM	NÃO	
<b>Exclusiva ME/EPP?</b>	<b>Cota Reservada ME/EPP?</b>	<b>Critério de Julgamento das Propostas?</b>	
NÃO	NÃO	MENOR PREÇO	
<b>Modo de Disputa:</b> ABERTO-FECHADO			
<b>DESTAQUES</b>			
<p>ATENÇÃO! A prática de condutas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021 poderá acarretar a instauração de procedimento administrativo de apuração de responsabilidade para aplicação das sanções legais.</p> <p>A simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso (marcação de opção no sistema), pode configurar fraude à licitação e ensejar a aplicação das penalidades da lei. Não é necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.</p> <p>No procedimento licitatório em tela, o lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO.</p> <p><b>Conforme previsão expressa do item 5.8.3 do Termo de Referência, para os Itens 2,0 (código 132349) e 4,0 (código 132350) do Anexo I, referentes à franquias, não poderá ser apresentada proposta abaixo do valor máximo admissível, e muito menos poderá ser enviado lances para o item, por se tratar do valor da franquias, o qual é um valor fixo, tendo sido apurado na pesquisa de preços, conforme consta em pesquisa acostada aos autos.</b></p> <p>Recomendamos a atenta leitura do instrumento convocatório e seus anexos e alertamos para o acompanhamento do andamento do certame e quanto à necessidade de cautela quando da apresentação das propostas, cuidando para que não ocorra desconexão, nem deixem de atender as solicitações da(o) Pregoeira(o), a fim de evitar a prática de condutas que poderá acarretar na aplicação das sanções previstas.</p>			



**EDITAL**

A SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, por intermédio da Central de Compras, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados na capa deste instrumento convocatório, realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**1. DO OBJETO**

- 1.1. O objeto da presente licitação encontra-se descrito na capa do Edital e deverá ser fornecido conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no presente instrumento e seus anexos, atendendo a tudo que estiver disposto no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será dividida em lotes/grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no anexo I do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes/grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 2.1. Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).
- 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.1.2. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.
- 2.1.3. Será permitida a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio, nos termos e condições descritos no art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.





- 2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 2.6. Não poderão disputar esta licitação:
- 2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, especialmente a inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFILPB, conforme a Lei nº 9.697/2012;
- 2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, especialmente os sócios da licitante, nos termos do art. 1º, inc. III, da Lei Estadual nº 8.124/2006 (alt. pela Lei nº 10.272/2014);
- 2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 2.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;



- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.33 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;
- 3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor UNITÁRIO do item, com apenas 2 (duas) casas decimais;
- 4.1.1.1. Caso o licitante informe preços com número de casas decimais superior a 2 (dois) dígitos, a(o) Pregoeira(o) dar-se-á o direito de adequação dos preços, de acordo com o estabelecido no item 4.1.1, cujos arredondamentos dar-se-ão para baixo, tanto para preços unitários quanto para preços totais;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas aplicáveis ao Estado da Paraíba, ou preço máximo estabelecido no Termo de Referência, se for o caso, quando participarem de licitações públicas;
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71 da Constituição Federal e/ou Estadual; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.
- 4.12. Após a fase de lances, quando solicitado pela(o) Pregoeira(o), o licitante mais bem classificado deverá enviar a proposta adequada ao último lance ofertado.



- 4.13. As especificações dos itens do Anexo I do Termo de Referência, anexo deste Edital em nenhum momento serão substituídas pelas descrições resumidas, constantes na Relação de Itens divulgada no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Em caso de divergência nas especificações dos itens, prevalecerão as do Anexo I do Termo de Referência.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados na capa deste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública.**
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a(o) Pregoeira(o) e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO do item.
- 5.5.1. Após o envio do lance, o sistema do 'compras.gov.br' computará o valor TOTAL DO LOTE, para fins de classificação;
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.10.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.





- 5.10.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.10.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.10.6. Poderá a(o) Pregoeira(o), auxiliada(o) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 5.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.13. No caso de desconexão com a(o) Pregoeira(o), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a(o) Pregoeira(o) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela(o) Pregoeira(o) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.16. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.16.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.16.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.16.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.16.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.





5.17.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.17.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.17.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

5.17.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.17.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.17.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.17.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado da Paraíba;

5.17.2.2. empresas brasileiras;

5.17.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.17.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

## **6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

6.1. Encerrada a etapa de lances, a(o) Pregoeira(o) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>);

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?cadastro=2&ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).

6.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

6.1.5. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU ([https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3\\_TIPO\\_RELACAO:INIDONEO](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:14831188675546:::P3_TIPO_RELACAO:INIDONEO));

6.1.6. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB (<http://www.cge.pb.gov.br/site/imagens/gsc/cafil-pb.pdf>).



- 6.1.6.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens 6.1.2.; 6.1.3.; 6.1.4. e 6.1.5. acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.
- 6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a(o) Pregoeira(o) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).
- 6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a(o) Pregoeira(o) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 6.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 08 de novembro de 2023.

## **7. DA PROPOSTA ADEQUADA**

- 7.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a(o) Pregoeira(o) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 7.5. A(o) Pregoeira(o) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.5.1. A "Convocação do anexo" poderá ser aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pela licitante, porém caso a licitante seja vencedora de mais de 1 (um) item, esta poderá formular proposta única discriminando todos os itens arrematados e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.



- 7.6. É facultado a(o) Pregoeira(o) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.7. Além das informações exigidas no item 4 e subitens, a proposta de preços final do licitante mais bem classificado deverá atender aos seguintes requisitos:
- 7.7.1. ser redigida em língua portuguesa, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, ser assinada pelo licitante ou seu representante legal.
- 7.7.2. conter as especificações do objeto de forma clara e precisa, observadas as especificações constantes do Termo de Referência;
- 7.7.2.1. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- 7.7.3. conter razão social e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, bem como nome do proponente ou de seu representante legal, e cargo na empresa;
- 7.7.4. conter indicação do banco, número da agência e conta do licitante, para fins de pagamento.
- 7.7.5. Conter declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;
- 7.7.5.1. Se a Microempresa (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), for OPTANTE PELO SIMPLES NACIONAL, declarar a opção e apresentar a comprovação de que faz jus ao tratamento tributário favorecido;
- 7.7.6. Declaração de que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 7.7.7. conter a informação da alíquota de ISS e/ou ICMS, de acordo com a norma tributária vigente no local da licitação, aplicável ao objeto do certame. No caso de não incidência de ISS e/ou ICMS o licitante deverá informar na proposta, o dispositivo legal ou comprovação que vislumbrar pertinente, que subsidie a sua alegação de não incidência do respectivo imposto;
- 7.7.8. No caso da incidência de ICMS:
- 7.7.8.1. Para empresa localizada em outra unidade da federação, em obediência ao Decreto Estadual nº 20.210/98, informar os valores propostos com a alíquota vigente em seu Estado e os valores propostos acrescidos da diferença de alíquota.
- 7.7.8.2. Tratando-se de produtos e/ou empresas isentos de ICMS ou com diferenciação de alíquota, informar o dispositivo legal que comprove tal benefício;
- 7.7.8.3. A proposta de preço da empresa cuja operação ou prestação esteja alcançada pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017, que concede isenção de ICMS nas operações ou prestações internas destinadas a órgãos do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta e suas Fundações e Autarquias, atenderá as seguintes condições:
- 7.7.8.3.1. Deverá ser apresentada computando o valor do ICMS;
- 7.7.8.3.2. Deverá apresentar planilha anexa, demonstrando o valor do preço líquido, mediante a informação do valor da proposta e a dedução do valor correspondente à isenção do ICMS;



7.7.8.4. Na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, a isenção do ICMS fica condicionada à comprovação de inexistência de similar produzido no país, que será atestada por órgão federal competente ou por entidade representativa do setor produtivo da mercadoria ou do bem com abrangência em todo o território nacional;

7.7.8.5. A isenção de ICMS de que trata o Decreto Estadual nº 37.237/2017 não alcança as microempresas e as empresas de pequeno porte optantes pelo SIMPLES NACIONAL, nos termos do § 4º do Art. 1º do referido decreto, alterado pelo Decreto nº 37.444/2017.

7.8. Para o correto dimensionamento da proposta, o licitante deverá atentar-se ao item 5 do Termo de Referência, anexo a este Edital.

7.9. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

## **8. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

8.1. Após a negociação do preço, a(o) Pregoeira(o) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.2.1. contiver vícios insanáveis;

8.2.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.2.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.2.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.2.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.3.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da(o) Pregoeira(o), que comprove:

8.3.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.3.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.4. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.



- 8.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e/ou SIREF/PB (Certificado Estadual de Cadastramento e Habilitação - CECH), nos documentos por ele abrangidos.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.3. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- 9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por cópia digital.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.



- 9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.9. Conforme previsão expressa dos itens 4.4 a 4.14, considerando que na presente contratação a avaliação prévia do bem é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o bem e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.
- 9.9.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com, no mínimo, três dias úteis de antecedência, através de correspondência eletrônica a ser remetida para o endereço [gotaercmgpb@gmail.com](mailto:gotaercmgpb@gmail.com), com cópia para [casamilitarpb@gmail.com](mailto:casamilitarpb@gmail.com), de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.
- 9.9.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF e/ou SIREF/PB, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).
- 9.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).
- 9.12. A verificação pela(o) Pregoeira(o), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da(o) Pregoeira(o).
- 9.13. A verificação no SICAF e/ou SIREF/PB ou a exigência dos documentos nele(s) não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.



9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023, art. 39, §4º):

9.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a(o) Pregoeira(o) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.19. Os documentos a seguir serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021:

**9.19.1. Relativos à Habilitação Jurídica:**

a. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

f. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;





g. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

h. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

i. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

j. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

l. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.19.2. Relativos à Regularidade fiscal, social e trabalhista**

a. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

g. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **9.19.3. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**



- a. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- c.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- c.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- c.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- c.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- d. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- e. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- f. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 9.19.4. Relativos à Qualificação Técnica:

- a. Conforme previsão expressa nos itens 8.3 a 8.4 do Termo de Referência, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
  - a.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo disponibilizado no ANEXO IV do Termo de Referência;
  - a.2. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo disponibilizado no ANEXO V do Termo de Referência;
  - a.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, neste caso a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em plena validade.
    - a.3.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- b. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação



de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b.1. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

b.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

b.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

b.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

c. Certidão de Regularidade da empresa perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

**9.19.5. Havendo a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

a. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

b. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

c. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

d. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

e. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

f. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

f.1. ata de fundação;

f.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

f.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

f.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

f.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

g. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

**9.19.6. Documentos Complementares:**

a. DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO, CONFORME MODELO ANEXO A ESTE EDITAL



**9.19.7. Havendo a participação de consórcio, será exigida a seguinte documentação complementar:**

- a. Considerando a permissão de participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- b. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
- c. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:
  - c.1. Designação do consórcio e sua composição;
  - c.2. Finalidade do consórcio;
  - c.3 Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
  - c.4 Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
  - c.5. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas
  - c.6. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
  - c.7. Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;
  - c.8. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” deste subitem;
- d. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.
- e. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- f. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

**10. DOS RECURSOS**

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;



- 10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela(o) Pregoeira(o) durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.5. fraudar a licitação
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 11.2.1. advertência;
  - 11.2.2. multa;
  - 11.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba;
  - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
  - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.



- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Paraíba, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, § 4º da Instrução Normativa SEAD nº 005, de 2023.
- 11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 11.15. A aplicação das sanções de que tratam os itens 11.7. e 11.8. importará na inclusão do licitante/contratado no Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e Contratar com o Estado da Paraíba - CAFIL/PB.

## **12. DAS IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

- 12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar ou requerer esclarecimentos acerca deste Edital e seus anexos por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.





- 12.2. A decisão de impugnação ou resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 12.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail [gelic07@centraldecompras.pb.gov.br](mailto:gelic07@centraldecompras.pb.gov.br).
- 12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela(o) Pregoeira(o), nos autos do processo de licitação.
- 12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **13. DO CONTRATO**

- 13.1. Encerrado o procedimento licitatório, o processo será encaminhado à CASA MILITAR DO GOVERNADOR DA PARAÍBA – CMG/PB, para a elaboração do respectivo Termo de Contrato, se for o caso, conforme minuta em anexo, cujo adjudicatário será convocado para assinatura do contrato e terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, desde que obedecidas todas as exigências estabelecidas neste Edital, e de conformidade com a proposta aceita, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.1.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 13.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de (02) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 13.1.3. Será admitida a assinatura digital, por pessoa física ou jurídica, em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 13.1.4. Se o licitante vencedor, convocado regularmente, não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 13.1.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 13.1.5.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 13.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 13.2. O contrato e/ou empenho decorrentes da presente licitação alcançados pelo Decreto Estadual nº 37.237, de 2017 serão efetuados utilizando-se o valor do preço líquido calculado conforme o parágrafo único do art. 3º do referido decreto, demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.



13.3. Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), bem como consulta ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAFILPB, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

13.4. Se a Adjudicatária, no ato da assinatura do Contrato ou da retirada da Nota de Empenho, não comprovar que mantém as condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o Contrato ou retirar a Nota de Empenho, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após feita a negociação, verificada a aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

#### **14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

14.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização e gestão do contrato estão previstos nos itens 5, 6 e 7 do Termo de Referência, anexo deste Edital.

#### **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela(o) Pregoeira(o).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.centraldecompras.pb.gov.br/](http://www.centraldecompras.pb.gov.br/).



15.11. O resultado desta licitação será divulgado nos sítios eletrônicos: [www.centraldecompras.pb.gov.br](http://www.centraldecompras.pb.gov.br) e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

15.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.12.1. ANEXO I - Termo de Referência

15.12.1.1. Anexo I do Termo de Referência – Tabela de itens a serem licitados se seus respectivos quantitativos

15.12.1.2. Anexo II do Termo de Referência – Especificações das aeronaves

15.12.1.3. Anexo III do Termo de Referência – Experiência dos pilotos

15.12.1.4. Anexo IV do Termo de Referência – Declaração de vistoria

15.12.1.5. Anexo V do Termo de Referência – Declaração de abstenção de vistoria

15.12.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

15.12.3. ANEXO III - Modelo da proposta de preços

15.12.4. ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

15.12.5. ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME - EPP

15.12.6. ANEXO VI - Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preço

15.12.7. ANEXO VII - Estudo Técnico Preliminar

João Pessoa, data da assinatura digital.

**Wanessa Maria de Paula da Silva Viana**  
Responsável pela Elaboração do Edital

**Andréa Mendes Lacerda**  
Responsável pela Revisão do Edital



## **Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA**

Pregão Eletrônico

SERVIÇO SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

PROCESSO Nº 09.103.000006.2024

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/2024

ÓRGÃO REQUISITANTE: Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB

SETOR REQUISITANTE: Gerência Operacional de Transporte Aéreo - GOTAER

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Contratação de empresa para prestação de serviço de cobertura de seguro aeronáutico de casco, reta e "Limite Único Combinado- LUC", para as aeronaves de asas fixas, tipo KING AIR B-250 - HAWKER BEECHCRAFT PREFIXO – PR-EPB - MODELO – BE 20 - Nº DE SÉRIE – BY-77 e SENECA V - PIPER AIRCRAFT - MODELO - PA-34 220T - PREFIXO – PR-SPB - Nº DE SÉRIE – 3449477 pertencentes ao Estado da Paraíba, operadas pela Casa Militar do Governo do Estado da Paraíba, bem como a contratação de franquia de acionamento do seguro (em quantidade limite de 01 acionamento por aeronave), nos termos da tabela constante no anexo I deste termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.2.1 O(s) serviço(s) objeto desta contratação são enquadrados como serviços comuns de fornecimento contínuo, tendo em vista ser a cobertura de seguro aeronáutico condição indispensável para a operação das aeronaves, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar, considerando para tal definição o que preconiza o art. 6º, inc. XIII e XV, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023, conforme consta das informações básicas dos documentos de formalização da demanda.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1 A descrição como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800] [SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 30/07/2024 - 17:18hs.  
Documento Nº: 5597360-6734 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5597360-6734>



CMGCA202400949

## **Sustentabilidade**

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU.

## **Subcontratação**

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **Garantia da execução**

4.3 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

4.3.1 A apólice de seguro é um documento obrigatório que serve de garantia para terceiros e para contratadas quando da ocorrência de alguns sinistros, conforme estabelecido na legislação aeronáutica, tornando-se inviável a cobrança de garantia com base nos valores segurados, que além de ser uma prática no mercado, dependeria de evento futuro e incerto e encareceria demasiadamente o valor a ser contratado, caso houvesse essa exigência.

## **Vistoria**

4.4 As empresas interessadas poderão fazer um reconhecimento do bem antes da apresentação das propostas, a fim de tomar conhecimento sobre a extensão dos serviços a serem executados, das dificuldades que poderão surgir no decorrer da execução, bem como identificar-se de todos os detalhes necessários à perfeita execução dos serviços.

4.5 A vistoria não é obrigatória, facultado ao licitante optar por declarar que se abstém de realizá-la, assumindo completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento.

4.6 A proponente deverá apresentar, juntamente com os documentos da proposta, Termo da Vistoria realizada, conforme Anexo IV ou, Declaração de que se abstém da visita técnica e conhece todos os detalhes técnicos em relação ao local de execução do objeto, conforme Anexo V.

4.7 A vistoria deverá ser agendada com, no mínimo, três dias úteis de antecedência através de correspondência eletrônica a ser remetida para o endereço <gotaercmgpb@gmail.com>, com cópia para casamilitarpb@gmail.com. A empresa candidata deve imediatamente se certificar de que a correspondência eletrônica foi recebida na íntegra.

4.8 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.9 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10 A vistoria poderá ser realizada de segunda à sexta-feira, das 09:00 horas às 16:00 horas.

4.11 Para a vistoria, a aeronave poderá estar no Hangar do Estado, Aeroporto Internacional de João Pessoa - Presidente Castro Pinto, ou na MANAL - Manutenção Alagoana de Aeronaves Ltda, empresa contratada para manutenção da aeronave.

4.12 Em caso de necessidade, a Gerência Operacional de Transportes Aéreos da Casa Militar do Governador da Paraíba poderá realizar o reagendamento da vistoria, informando ao interessado, sem negar-lhe o direito.

4.13 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento dos bens, das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes das instalações, do motor, documentos e registros sobre os quais recairão os serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.



4.14 A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1 O regime de execução é o de empreitada por preço Global.

5.1.1 Início da execução do objeto: Imediatamente após a assinatura do contrato.

5.2 Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo:

5.2.1 O seguro a ser contratado abrange:

- a) As coberturas CASCO (Aditivo "A"), RETA (Aditivo "B") e Limite Único Combinado – LUC para as aeronaves discriminadas no anexo II deste TR;
- b) As coberturas previstas nas cláusulas adicionais listadas a seguir, e ainda;
- c) Todas as missões institucionais da Casa Militar com emprego de aeronaves, listadas neste item e autorizadas no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil n.º 61, emitido pela Agência Nacional de Aviação Civil.

5.2.2. A Seguradora toma, a seu cargo, mediante pagamento de prêmio adicional, as perdas e danos que sobrevenham ao objeto segurado, causados por:

- a) guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição, ou comoção civil resultantes das mesmas, ou qualquer ato de hostilidade de, ou contra, uma potência beligerante;
- b) captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção, decorrentes de riscos cobertos na alínea "a" anteriormente mencionada, e suas consequências, ou qualquer tentativa visando às mesmas;
- c) minas, torpedos e bombas abandonadas, ou outras armas de guerra abandonadas; e d) confisco, nacionalização, requisição ou apropriação antecipada.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.3 A cobertura se iniciará na data da assinatura do contrato entre as partes, e terá duração de 12 (doze) meses, e serão prestados por conveniência da Contratante, considerando no caso de sinistro, os locais das oficinas de referência para a realização dos serviços necessários, em todo o território nacional.

### **Rotinas a serem cumpridas**

5.4 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.4.1 A Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG/PB institui que, em caso de sinistro com perda total, a Seguradora poderá substituir o avião por outro, equivalente, com os mesmos equipamentos e acessórios presentes na aeronave sinistrada ou, na impossibilidade desta substituição, efetuar o pagamento da indenização correspondente em dinheiro.

5.4.2 O seguro contratado deverá oferecer cobertura para o "CASCO", os "ACESSÓRIOS" e os "EQUIPAMENTOS ESPECIAIS" contra quaisquer sinistros que venham a ocorrer com a aeronave, tanto no solo quanto em voo, sejam eles em virtude de choque, colisão, abaloamento ou incêndio, aí incluídos aqueles decorrentes da operação normal ou ainda de fenômenos da natureza, como raios, descargas atmosféricas, vendaval, granizo, inundação, entre outros.



5.4.3 A cobertura do seguro aeronáutico deverá abranger as Condições Gerais para seguros aeronáuticos acrescida do Aditivo A Garantia CASCOS, previsto pela SUSEP.

5.4.4 Todas as cláusulas deverão obedecer, no mínimo, ao disposto no anexo à Circular SUSEP Nº 566, DE 24 de dezembro de 2017 do Instituto de Resseguros do Brasil, recepcionada pela SUSEP, no Código Brasileiro de Aeronáutica – Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, na legislação específica e ao disposto neste Termo de Referência.

5.4.5 Para fins de entendimento de equivalência (item 5.3.1 acima), fica estipulado como mínimo, uma aeronave de mesma categoria, tipo e modelo e com disponibilidade semelhante, comprovada pelos Mapas previstos na Seção 91.417 (a)(2)(ii)(iii)(iv)(v) do RBAC 91 ou na Seção 135.439 (a)(2)(ii)(iii)(iv) do RBAC 135, CVA válida e documentação estipulada pela IAC – 3108.

5.4.6 A aeronave entregue em substituição à sinistrada deverá ainda apresentar a configuração necessária para a instalação e operação dos equipamentos especiais presentes na aeronave sinistrada, correndo por conta da CONTRATADA as providências e despesas para sua “customização”.

5.4.7 A cobertura se iniciará na data da assinatura do contrato entre as partes, e terá duração de 365 dias corridos.

5.4.8 O pagamento do seguro, RETA ou de CASCO e "Limite Único Combinado - LUC", será efetuado considerando a data de vencimento da cobertura existente;

5.4.9 Os serviços serão recebidos provisoriamente, quando da apresentação do documento fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.4.10 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

5.4.11 Elementos constitutivos da Apólice a ser contratada:

5.4.11.1 Todas as normas deverão obedecer ao disposto no Código Brasileiro de Aeronáutica – Lei nº 7.565, de 1986 – legislação apropriada e o disposto neste Termo de Referência.

5.4.11.2 CONDIÇÕES GERAIS de acordo com as normas relacionadas nas condições gerais constantes da Circular SUSEP Nº 566, DE 24 de dezembro de 2017, do Manual de Seguros Aeronáuticos da SUSEP, incluindo, entre outros:

a Riscos cobertos pelo seguro quando em solo ou em voos sobre terra e superfícies aquáticas (mares, rios, lagos, lagoas etc.), de instrução e habilitação operacional de pilotos para as referidas missões; de treinamento de qualificação de tipo, de obtenção de licenças e habilitações, de traslado de autoridades, de transporte administrativo de pessoas e carga, e ainda, em voos de verificação de perícia (cheque e recheque) e voos de verificação funcional (manutenção preventiva e corretiva), sequestro, pouso em local não homologado, bem como outros sinistros, como por exemplo, aqueles resultantes de colisão, choque, abaloamento, incêndio, raio e/ou descarga atmosférica.

b Riscos excluídos, observando-se, contudo, que não poderão caracterizar exclusões as situações listadas no Item 5.7.4. do presente Termo de Referência;

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 30/07/2024 - 17:18hs.  
Documento Nº: 5597360-6734 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5597360-6734>



CMGCAP202400949



5.5 Cláusula de Pagamento do prêmio:

5.5.1 ADITIVO A – GARANTIA DE CASCO – Perda ou Avaria da Aeronave (avião), e CONDIÇÕES ESPECIAIS, incluindo, entre outros:

5.5.1.1 Item 1 – cobertura – riscos e prejuízos;

5.5.1.2 Item 2 - prejuízos não indenizáveis;

5.5.1.3 Item 3 - perda total

5.5.1.4 Item 4 - reposição – opções de indenização ao segurado;

5.5.1.5 Item 5 - transporte como carga de inflamáveis e/ou explosivos;

5.5.1.6 Item 6 - reintegração automática da importância segurada;

5.5.2 ADITIVO B – GARANTIA RESPONSABILIDADE DO EXPLORADOR OU TRANSPORTE AÉREO (RETA), CLASSES 1, 2, 3 e 4 – contratação de caráter obrigatório, por força do Código Brasileiro de Aeronáutica, incluindo:

5.5.2.1 reembolso ao segurado em caso de acidentes envolvendo passageiros, tripulantes e pessoas no solo, na ocorrência de morte, invalidez permanente, incapacidade temporária e assistência médica e despesas complementares;

5.5.2.2 reembolso ao segurado em caso de perda, dano ou avaria da bagagem e objetos que os passageiros e/ou tripulantes conservem sob sua guarda;

5.5.2.3 reembolso ao segurado em relação a danos causados a bens de terceiros que estejam no solo;

5.5.2.4 reembolso ao segurado por danos ou colisão entre aeronaves.

5.5.3 ADITIVO C – LIMITE ÚNICO COMBINADO – LUC:

5.5.3.1 cobertura de Responsabilidade Civil a 2º risco da garantia R.E.T.A.: A fim de complementar o seguro R.E.T.A. acima descrito, a seguradora deverá cobrir a importância de 5.500.000,00 (Cinco milhões e quinhentos mil reais), para indenização por acidente e sequências de acidentes, sendo limite único combinado (LUC) para as classes I, II, III e IV, acrescido das seguintes cláusulas especiais: - 28 – Responsabilidade Civil a 2º Risco da Garantia R.E.T.A. -AVN52E – Endosso de Extensão de Cobertura (responsabilidades Aeronáuticas).

5.6 Cláusula de pagamento da franquia:

5.6.1 O(s) pagamento(s) da Franquia, quando houver necessidade de utilização, será(ão) efetuado(s) diretamente para a Contratada, conforme os seguintes casos:

5.6.1.1 Sinistro parcial: o pagamento da Franquia será realizado após a aprovação do orçamento para conserto da aeronave;

5.6.1.2 Sinistro total com reposição do bem: o pagamento da Franquia será realizado após a aceitação da aeronave escolhida;

5.6.1.3 Sinistro total com transferência de recurso: o valor da Franquia será abatido do valor a ser ressarcido.

5.6.2 O pagamento da Franquia dar-se-á em parcela única.

5.6.3 A franquia será acionada conforme demanda, devendo ser realizada previsão orçamentária mediante emissão de declaração orçamentária e previsão contratual para autorização de pagamento.

5.6.4 Quando a Franquia for monetizada em dólar americano, para fins de pagamento efetivo da franquia, deve-se



considerar a cotação do dólar comercial do fechamento anterior ao dia do pagamento.

#### 5.6.5 DEMAIS ESPECIFICAÇÕES

5.6.5.1 Em todos os voos dos aviões haverá presença de um comandante - conforme definição do CBAER.

5.6.5.2 O comandante será o piloto assim identificado no campo correspondente do plano de voo apresentado aos órgãos de controle do SISCEAB ou expressamente relacionado no diário de bordo nos casos em que os referidos órgãos não existam ou não estejam operando no local de decolagem.

5.6.5.3 O comandante será um piloto a bordo com experiência de, no mínimo, 500 horas de voo totais em multimotor.

5.6.5.4 Não poderá haver interferência na cobertura do seguro nos casos a seguir especificados: a) Quando um dos pilotos em comando não for servidor da Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB, por se tratar de instrutor/piloto contratado ou cedido de outro órgão, desde que devidamente habilitado. b) Quando ocorrerem alterações das condições de aeronavegabilidade, desde que essa alteração tenha sido autorizada/homologada pelas autoridades competentes. c) Quando as aeronaves forem empregadas em operações de interesse de outro órgão ou entidade de caráter público, desde que o voo seja conduzido conforme o perfil operacional habitualmente utilizado pela Casa Militar do Governador da Paraíba e que atenda às normas de tráfego aéreo ou que seja devidamente autorizado pelas autoridades de aviação civil e de proteção ao voo. d) Quando as aeronaves forem tracionadas manualmente. e) Quando ocorrer ingresso de novos pilotos nos Quadros de Tripulantes da Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB.

5.6.5.5 Perímetro de cobertura: Todo o território brasileiro, inclusive águas territoriais (mar territorial e zona contígua, conforme previsão contida na Lei n.º 8.617, de 4 de janeiro de 1993);

5.6.5.6 Vigência do seguro: 12 (doze) meses, com termos de início e fim de acordo com o estabelecido na apólice contratada;

5.6.5.7 Desconto de frota: se, aplicável.

#### 5.7 INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DO PRÊMIO

5.7.1 A Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB estima que a aeronave KING AIR Prefixo PR-EPB voará, em média, 20 (VINTE) horas por mês e a aeronave SÊNECA V Prefixo PR-SPB voará em média, 10 (DEZ) horas por mês.

5.7.2 A Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB esclarece que, em caso de sinistro com perda total, a Contratada poderá substituir o avião por outro, equivalente, com a mesma descrição, acessórios e equipamentos da aeronave segurada.

5.7.3 Estará incluso na contratação os riscos pelo seguro em voos de experiência, voos de instrução, de recheque e de manutenção, cobertura de bagagem de uso pessoal, riscos excluídos e pagamento do prêmio, de acordo com as normas relacionadas nas condições gerais constantes no Manual de Seguros Aeronáuticos da SUSEP.

5.7.4 Apesar de todas as aeronaves citadas serem homologadas para operação com apenas um piloto, as operações da Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG/PB, por questões de segurança, sempre são realizadas com tripulação composta por dois pilotos.

5.7.5 As aeronaves a serem asseguradas são empregadas em transportes do Governador do Estado e demais autoridades em missões oficiais.

5.7.6 Na hipótese de prorrogação contratual os valores segurados das aeronaves serão atualizados, para efeito de fixação do valor do prêmio, com base no valor atual de mercado, e desde que o prêmio esteja na razão direta e em compatibilidade plena com o preço apresentado pela licitante vencedora, considerando-se, contudo, a possível redução em razão da



inocorrência de sinistro.

5.7.7 As aeronaves alvos dos seguros a serem contratados, somente entram em operação se atenderem a todos os regulamentos, determinações e certificados exigidos pela ANAC.

5.7.8 O seguro contratado deverá cobrir: Aditivo A (Garantia CASCO), Aditivo B (Garantia RETA 1,2,3 E 4) e da Responsabilidade Civil 2º RISCO da Garantia RETA, contra sinistro aeronáutico quando em solo ou em voos sobre terra e mar, de cheque, recheque, manutenção preventiva e corretiva, bem como de sinistros por colisão, choque, abaloamento, incêndios, raios e/ou descargas atmosféricas.

5.7.9 Deverá ser considerado que a experiência efetiva de voo da tripulação é a exigida para a habilitação técnica no equipamento pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, sendo que os pilotos da Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB possuem mais de 1.000 (mil) horas de voo.

5.7.10 Os tripulantes passam periodicamente por treinamentos internos na Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB, e são rechecados periodicamente por checkadores da ANAC.

#### 5.7.11 CASCO – VALORES SEGURADOS

Item Matrícula da aeronave Importância Segurada

01 PR-EPB R\$ 19.656.000,00

02 PR-SPB R\$ 5.544.000,00

#### 5.8 INFORMAÇÕES PARA CÁLCULO DA FRANQUIA

5.8.1 No ramo aeronáutico as franquias são definidas conforme a Tarifa de Seguros constante no Manual Técnico, em suas Condições Gerais (Art. 7º da Circular SUSEP/ Ministério da Indústria e do Comércio nº 019, de 05 de Maio de 1971, alterado pela Circular nº 016, de 4 de junho de 1973).

5.8.2 A franquia para as aeronaves especificadas neste Termo abrangerá 01 (um) acionamento por aeronave, quando houver sinistro total ou parcial, sendo o serviço por demanda.

5.8.3 Para os Itens 2,0 (código 132349) e 4,0 (código 132350) do Anexo I, referentes à franquia, não poderá ser apresentado proposta abaixo do valor máximo admissível, e muito menos poderá ser enviado lances para o item, por se tratar do valor da franquia, o qual é um valor fixo, tendo sido apurado na pesquisa de preços, conforme consta em pesquisa acostada aos autos.

5.8.4 A prática de mercado estabelece como parâmetro para cálculo de propostas o tipo de motor, sendo considerado para motores turboélice um valor fixo, e para motores à pistão um percentual de 5% do valor do bem. Bem como a utilização de cotação em dólares americanos para dimensionamento de proposta, e diante disto:

5.8.4.1 Para este objeto, a franquia foi estabelecida em **USD 25.000,00** (vinte e cinco mil dólares) para o King Air B250, e **5%** (cinco por cento) do valor segurado para o Sêneca V.

5.8.5 Por se tratar de licitação nacional, a forma de pagamento somente poderá ser realizada em Real (R\$), com isso, quando o valor da franquia for monetizado em Dólar (USD), deverá convertido com a taxa de câmbio do fechamento imediatamente anterior ao dia do pagamento, segundo o valor disponibilizado pelo Sistema de Informações do Banco Central do Brasil - SISBACEN.

5.8.6 Para o cálculo da média cambial foram utilizados os últimos 30 valores do fechamento do dólar anteriores a 15/04/2024, fechando na conversão de U\$ 1 para R\$ 5,04. Dessa forma, o valor da franquia em reais ficou convertida em



R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) para o King Air. Já para o Sêneca V, considerar-se-á o percentual estabelecido no subitem 5.8.4.1, calculado em R\$ 277.200,00 (duzentos e setenta e sete mil e duzentos reais).

5.8.7 Para fins de pagamento efetivo da franquia, deve-se considerar a cotação de compra para o dólar comercial do fechamento imediatamente anterior ao dia da execução do pagamento.

#### 5.9 PERDA TOTAL OU SINISTRO

5.9.1 Em caso de perda total, a Contratada deverá promover a substituição da aeronave por outra equivalente ou superior às especificações previstas neste Termo de Referência.

5.9.2 Caso não se localize uma aeronave semelhante para reposição, a Contratada poderá efetuar o pagamento do valor segurado à Contratante.

5.9.3 Em caso de perda total, não haverá dedução da franquia.

5.9.4 Para casos de sinistros com perda parcial, a Contratada deverá efetuar a reparação dos danos. Neste caso, a Contratante efetuará o pagamento da franquia diretamente para a Contratada (Seguradora), a qual se responsabilizará pelo repasse de valores para a oficina credenciada que efetuou a reparação.

#### Especificação da garantia do serviço

5.10 Não se aplica, considerando o estabelecido no Item 4.3

#### Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.11 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) e fiscal(is) do contrato, ou por seus respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### Fiscalização



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800] [SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 30/07/2024 - 17:18hs.  
Documento Nº: 5597360-6734 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5597360-6734>



CMGCA202400949

6.7 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

6.8 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VI);

6.9 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, II);

6.10 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, III);

6.11 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, IV).

6.12 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, V).

6.13 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 24, VII).

#### **Fiscalização Administrativa**

6.14 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, I e II).

6.15 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 25, IV).

6.16 de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

#### **Gestor do Contrato**

6.17 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, IV).

6.18 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, II).

6.19 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho



de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, III).

6.19.1 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VIII).

6.19.2 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, X) 6.19.3 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto Estadual nº 43.975, de 2023, art. 23, VI).

6.19.4 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

7.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item.

7.1.1 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1 não produzir os resultados acordados;

7.1.1.2 deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou 7.1.1.3 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os estabelecidos no Anexo V da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017, até que haja publicação de regulamentação à luz da Lei 14.133.

### **Do recebimento**

7.3 O serviço será recebido imediatamente após a assinatura do contrato, através da emissão da apólice de seguro. 7.4 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento. 7.5 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.6 O recebimento definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.7 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa





SEGES/ME nº 77/2022. 7.16.

7.8 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021. 7.17.

7.9 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.9.1 o prazo de validade;

7.9.2 a data da emissão;

7.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.9.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.9.5 o valor a pagar; e

7.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

7.9.7 se o destaque de retenção de imposto de renda se enquadra nas hipóteses da IN RFB Nº 1.234/2012; 7.9.8 O valor da nota fiscal deverá ser idêntico ao valor do preço líquido demonstrado na planilha anexada à proposta final apresentada na licitação.

7.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.11 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou SIREF PB, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021. 7.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou SIREF PB e ao Cadastro de Fornecedores Impedido de Licitar e Contratar - CAFILPB para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018). 7.13 Constatando-se, junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do





processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF ou SIREF PB e ao CAFILPB.

#### **Prazo de pagamento**

7.17 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa Conjunta nº 001/2024/SEFAZ/SEAD/CGE, de 25 de janeiro de 2024.

7.18 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.19 O pagamento será efetuado por meio de Autorização de Pagamento, mediante depósito em conta corrente, conforme dados bancários indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente, consideradas as disposições do Decreto Estadual nº 43.250, de 2022.

7.20 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a Autorização de Pagamento. 7.21 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. 7.21.1 Observar se a retenção do IR se enquadra nas hipóteses previstas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.21.2 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21.3 Será retido para o Fundo Empreender 1,6% das empresas de médio porte ou superior e 1% das empresas de pequeno porte, nos termos do inciso II, do art. 7º, da Lei nº 10.128/2013.

7.21.4 Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar no 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

7.22 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Antecipação de pagamento**

7.23 A presente contratação não admite a antecipação de pagamento parcial ou total.



## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de execução**

8.2 O regime de execução do contrato será EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

### **Exigências de habilitação**

8.3 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.3.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.3.2 A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.3.3 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, neste caso a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em plena validade.

8.3.3.1 Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.4 Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.4.1.1 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

8.4.1.2 Certidão de Regularidade da empresa perante a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

8.4.2 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.4.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.4.4 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O custo estimado total da contratação está definido no anexo I deste Termo de Referência.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 30/07/2024 - 17:18hs.  
Documento Nº: 5597360-6734 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5597360-6734>



CMGCA202400949

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 09.103;
- II. Fonte de Recursos: 500;
- III. Programa de Trabalho: 5046;
- IV. Elemento de Despesa: 3390.39.

## **11. ANEXOS**

11.1 ANEXO I – ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

11.2 ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DAS AERONAVES

11.3 ANEXO III - EXPERIÊNCIA DOS PILOTOS

11.4 ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE VISTORIA

11.5 ANEXO V - DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA

João Pessoa-PB, conforme data da assinatura eletrônica.

**ROBERTO ANDRADE DE MENEZES – CAP QOEM**  
Gerente Operacional de Transporte Aéreo - GOTAER- CMG/PB.  
527.333-1

APROVO,

João Pessoa-PB, conforme data da assinatura eletrônica

**CEL QOC GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JÚNIOR**  
Secretário Executivo Chefe da Casa Militar do Governador da Paraíba



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 30/07/2024 - 17:18hs.  
Documento Nº: 5597360-6734 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5597360-6734>



CMGCA P202400949



## ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA

Número processo:09.103.000006.2024

### 1- TABELA DE ITENS A SEREM LICITADOS E SEUS RESPECTIVOS QUANTITATIVOS

Item	Código	Descrição	Unidade	Lote	Qtde	R\$ Un.	LC 123/2006
1	132047	SEGURO aeronáutico para aeronave King Air B-250, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.	Un	Lote 001	1	485231,22	Ampla Concorrência
2	132349	FRANQUIA para aeronave King Air B-200, conforme Termo de Referência.	Un	Lote 001	1	129000,00	Ampla Concorrência
3	132048	SEGURO aeronáutico para aeronave Sêneca V, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.	Un	Lote 002	1	189942,66	Ampla Concorrência
4	132350	FRANQUIA para aeronave Sêneca V, conforme Termo de Referência.	Un	Lote 002	1	277200,00	Ampla Concorrência

2- O CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R\$1.081.373,88



ANEXO II - ESPECIFICAÇÕES DAS AERONAVES

AERONAVE HAWKER BEECHCRAFT KING AIR B250		
Nº	Especificação	Descrição
1	Fabricante	HAWKER BEECHCRAFT
2	Ano de Fabricação	2009
3	Modelo	BE20
4	Nº de Série	BY-77
5	Prefixo	PR-EPB
6	Certificado de Aeronavegabilidade e Matrícula	21050
7	Peso Máximo de Decolagem	5.670 KG
8	Capacidade	Tripulantes 02 e Passageiros 07
9	Propriedade	Governo do Estado da Paraíba
10	Opcionais Instalados	Câmera de Infravermelho, Helices em Fibra de Carbono, Kit de Velocidade e Winglets, Trem de Pouso de Menor Resistência, Cabine com Sistema de Entretenimento com Telas de Lcd e Fones Sem Fio, Telefone Satélite.
11	Base Operacional	SBJP – AEROPORTO INTERNACIONAL CASTRO PINTO
12	Guarda da Aeronave	Hangar da Casa Militar do Governador – CMG, com vigilância da Polícia Militar do Estado da Paraíba e da administradora do Aeroporto Castro Pinto.
13	Situação da Aeronave	Encontra-se com revisões, Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA) e Certificado de Aeronavegabilidade (CA) em dia.
14	Oficina Encarregada da Manutenção	MANAL MANUTENÇÃO ALAGOANA DE AERONAVES LTDA





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB

15	Validade do Cva	07/12/2024
16	Horas Totais	2.893,5 hrs
17	Média de uso Mensal	20 Horas
18	Aeronave Homologada para Voos	VFR, IFR, DIURNO, NOTURNO, RVSM, PBN
19	Valor Total a ser Segurado	R\$ 19.656.000,00 (Dezenove milhões seiscentos e cinquenta e seis mil reais)

AERONAVE PIPER SENECA V		
Nº	Especificação	Descrição
1	Fabricante	PIPER AIRCRAFT
2	Ano de Fabricação	2013
3	Modelo	PA-34-220T
4	Nº de Série	3449477
5	Prefixo	PR-SPB
6	Certificado de Aeronavegabilidade e Matrícula	21674
7	Peso Máximo de Decolagem	2.155 Kg
8	Capacidade	Tripulantes 02 e Passageiros 04
9	Propriedade	Secretaria de Estado da Administração do Estado da Paraíba.
10	Base Operacional	SBJP – Aeroporto Internacional Castro Pinto.
11	Guarda da Aeronave	Hangar da Casa Militar Do Governador – CMG, com vigilância da Polícia Militar do Estado da Paraíba e da administradora do Aeroporto Castro Pinto.



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES em 14/05/2024 - 10:55hs.  
Documento Nº: 5031431-6926 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5031431-6926>



CMGAP202400550



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB**

12	Situação da Aeronave	Encontra-se com revisões, Certificado de Verificação de Aeronavegabilidade (CVA) E Certificado de Aeronavegabilidade (CA) em dia.
13	Oficina Encarregada da Manutenção	MANAL MANUTENÇÃO ALAGOANA DE AERONAVES LTDA
14	Validade do Cva	19/03/2025
15	Horas Totais	1006,8 hrs
16	Média de uso Mensal	10 Horas
17	Aeronave Homologada para Voos	VFR, IFR, DIURNO, NOTURNO, PBN.
18	Valor Total a ser Segurado	R\$ 5.544.000,00 (Cinco milhões quinhentos e quarenta e quatro mil reais)



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES em 14/05/2024 - 10:55hs.  
Documento Nº: 5031431-6926 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5031431-6926>



CMGAP202400550





ANEXO III - EXPERIÊNCIA DOS PILOTOS

PILOTO	CÓDIGO ANAC	FUNÇÃO	AERONAVE	CHT	HS TOTAIS	HS BE20	HS PA34
ZILDO GOMES DA SILVA JÚNIOR 28/01/1970	961276	COMANDANTE	BE20 – PA34	PLA MLTE MNTE IFR	8.350	320	2.070
ÁLVARO AUGUSTO UCHOA DE ALBUQUERQUE 04/05/1983	139507	COMANDANTE	BE20 – PA34	PLA INVA MLTE MNTE IFR PCH INVH	2.549	305	420
FRANCISCO CÉSAR SARAIVA GONÇALVES 30/01/1967	649137	COMANDANTE	BE20 – PA34	PLA INVA MLTE MNTE IFR	7.350	3.170	1.150

João Pessoa-PB, conforme data da assinatura eletrônica.

**ROBERTO ANDRADE DE MENEZES – 1º TEN QOBM**  
Gerente Operacional de Transporte Aéreo - GOTAER- CMG/PB.  
527.333-1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE VISTORIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Data da Vistoria:	
Empresa:	
Endereço:	
Município/UF:	CNPJ:
Telefone(s):	
Nome do Representante:	
Documento de Identidade:	CPF:

Declaro ter vistoriado a aeronave modelo \_\_\_\_\_ matrícula \_\_\_\_\_, seus documentos e hangar, no Hangar \_\_\_\_\_, tomando conhecimento de todas as peculiaridades necessárias para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes do Edital de Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2024, estando ciente das condições médias de conservação do equipamento, não podendo alegar futuramente desconhecimento que interfira na execução dos serviços ou nos preços propostos.

Representante da Empresa:

Na condição de servidor da CMG/PB, declaro que acompanhei a vistoria disponibilizando acesso à aeronave a ser mantida, seus documentos e à base em que se situa.

Representante da CMG/PB:

Matrícula:



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES em 14/05/2024 - 10:57hs.  
Documento Nº: 5031468-8080 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5031468-8080>



CMGCA202400552

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO ABSTENÇÃO DE VISTORIA

DECLARAÇÃO DE ABSTENÇÃO DE VISTORIA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada  
no endereço \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_, absteve da vistoria e está ciente que não poderá  
alegar desconhecimento das condições referentes ao(s) objeto(s) do Termo de Referência.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Representante da Empresa:

CPF:



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES em 30/07/2024 - 10:49hs.  
Documento Nº: 5590936-898 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5590936-898>



CMGCAP202400947

**ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO**

CASA MILITAR DO GOVERNADOR - CMG

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09.103.000006.2024

PREGÃO ELETRÔNICO

Contrato de Prestação de Serviços Sem Dedicção Exclusiva de Mão de Obra

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº  
<NumeroAnoContrato> QUE FAZEM ENTRE SI O  
ESTADO DA PARAÍBA, POR INTERMÉDIO DA CASA  
MILITAR DO GOVERNADOR - CMG E A EMPRESA  
<NomeEmpresa>.

O Estado da Paraíba, por intermédio da CASA MILITAR DO GOVERNADOR - CMG, com sede no (a) <EnderecoCompletoOrgao>, inscrito no CNPJ sob o nº <CNPJOrgao>, neste ato representado pelo <NomeRepresentanteOrgaoECargo>, nomeado pela(o) <Portaria\_AtoGovernamental> de <DataPortaria\_Ato>, publicado em <DataPublicacaoPortaria\_Ato>, portador da Matrícula Funcional nº <MatriculaFuncionalRepresentanteOrgao>, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa <NomeEmpresa>, inscrita no CNPJ nº <CNPJEmpresa>, com sede na <EnderecoCompletoEmpresa>, denominada CONTRATADA, neste ato representada por <NomeRepresentanteEmpresaEFuncao>, conforme <Atos Constitutivos da Empresa OU Procuracao apresentada nos autos>, tendo em vista o que consta no Processo nº 09.103.000006.2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 054/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COBERTURA DE SEGURO AERONÁUTICO DE CASCO, RETA E "LIMITE ÚNICO COMBINADO- LUC", PARA AS AERONAVES DE ASAS FIXAS, TIPO KING AIR B-250 - HAWKER BEECHCRAFT PREFIXO – PR-EPB - MODELO – BE 20 - Nº DE SERIE – BY-77 E SENECA V - PIPER AIRCRAFT - MODELO - PA-34 220T - PREFIXO – PR-SPB - Nº DE SÉRIE – 3449477, BEM COMO A CONTRATAÇÃO DE FRANQUIA DE ACIONAMENTO DO SEGURO (EM QUANTIDADE LIMITE DE 01 ACIONAMENTO POR AERONAVE), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

- 1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de divulgação no PNCP, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



## **5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

- 5.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ <ValorTotalContratado> (<ValorTotalContratadoExtenso>), de forma que os pagamentos mensais devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, conforme Termo de Referência.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em {DataOrçamentoEstimado}.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.12. Quando houver prestação de garantia, notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/21.
- 8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;





- 9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF e/ou no SIREF PB, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



- 9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de [XX (xxx)] dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);



iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

(1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

[2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2 % (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.]

[a. O atraso superior a <PrazoMáximo> dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.]

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaMínimaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de <MultaCompensatoriaMínima> % (<MultaCompensatoriaExtenso>) a <MultaCompensatoriaMaxima> % (<MultaCompensatoriaMaximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de <Multa Mínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <Multa Máxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de <MultaMínima> % (<MultaMínimaExtenso>) a <MultaMáxima> % (<MultaMáximaExtenso>) por cento do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.2.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



13.2.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado da Paraíba deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/Unidade: 09103

II) Fonte de Recursos: 500

III) Programa de Trabalho: 5046

IV) Elemento de Despesa: 339039

V) Nota de Empenho:

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais e estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições





contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

- 16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da procuradoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

- 17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 6º, §3º, inciso V, do Decreto nº 33.050, de 2012.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

- 18.1. Fica eleito o Foro da comarca de João Pessoa para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

<Município>, <DataCorrente>.

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalOrgaoECargo>  
{Orgao}

\_\_\_\_\_  
<NomeRepresentanteLegalEmpresa>  
<NomeEmpresa>

TESTEMUNHAS:

1-

2-



**ANEXO III – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

Pregão Eletrônico nº xxx – Processo nº XXXX – Objeto e órgão(s) participante(s)

Empresa (Razão Social/CNPJ):

Endereço/Telefone/E-mail:

Dados Bancários: (Banco, Agência e Conta)

Em atendimento ao Edital do Pregão em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R\$)	Valor Total do Item (R\$)

Valor global da Proposta:

Valor global da proposta por extenso:

Alíquota de ISS e/ou ICMS, conforme o caso:

Validade da Proposta: *(Não poderá ser inferior a 90 dias)*

Declaração de que no preço ofertado estão incluídos todos os custos e que atende todas as exigências do instrumento convocatório.

Outras informações importantes para o dimensionamento da proposta constantes no Edital/TR (atender às exigências do instrumento convocatório)

---

Assinatura do Representante Legal

(Cargo/RG/CPF)

Observação:

*Declaração que a empresa se enquadra na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso;*

*No caso de ME/EPP, declarar expressamente na proposta comercial, se for o caso, a opção pelo SIMPLES NACIONAL, apresentando a comprovação que faz jus ao tratamento tributário favorecido;*

ANEXO IV - Modelo de declaração negativa de relação familiar ou de parentesco

**DECLARAÇÃO NEGATIVA DE RELAÇÃO FAMILIAR OU DE PARENTESCO**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no inciso III, do art. 1º da Lei nº 8.124/2006 (alterada pela Lei nº 12.272/2014), QUE NÃO HÁ DENTRE SEUS SÓCIOS cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou por afinidade, até o terceiro grau, dos agentes públicos e políticos definidos no inciso I da referida lei, a seguir descritos: Governador do Estado, Vice-Governador do Estado e dos servidores investidos em cargos de Secretário de Estado, Secretário Executivo ou equivalentes a estes, Gerências de Áreas Instrumentais e Gerências Executivas e Regionais de Áreas Finalísticas, além dos ocupantes de cargos de Direção superior, Diretoria de Sociedades de Economia Mista e de Gerências Executivas e Regionais ou equivalentes da Administração Indireta, inclusive de Sociedades de Economia Mista.

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)

ANEXO V - Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP**

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no seguinte endereço: \_\_\_\_\_, nº e complemento \_\_\_\_\_, CEP, bairro, cidade/UF, por intermédio de seu representante legal, (Nome completo/CPF), DECLARA, sob as penas da lei e para os fins do disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/21, que:

A licitante é uma microempresa ou empresa de pequeno porte, devidamente enquadrada nos termos da legislação vigente. Portanto, confirma que no ano-calendário de realização do presente certame não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme definido na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Declaro ainda estar ciente de que o não cumprimento das disposições legais acima referidas pode acarretar na inabilitação da empresa nesta licitação, bem como outras sanções previstas na legislação.

Por fim, coloco-me à disposição para apresentar quaisquer documentos comprobatórios que se façam necessários para a verificação da veracidade das informações ora prestadas.

Cidade/UF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
(Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal da Empresa)



**Planilha de Custos e Formação de Preço**

	<b>Descrição</b>	<b>Percentual sobre o valor da proposta</b>	<b>Valor R\$</b>
I	Mão-de-obra especializada [especificar a(s) categoria(s) profissional(is)]		
II	Produtos e outros materiais necessários (listar os produtos/materiais utilizados)		
III	Ferramentas e equipamentos (listar de forma sintética)		
IV	Outros insumos (uniforme, transporte, seguro, etc)		
V	Despesas Administrativa-operacionais (gastos gerais que não estão ligados diretamente a produção - exemplo: conta telefônica, energia, água, recepção, limpeza, dep. jurídico, etc.)		
VI	Tributos: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional, FAE - Fundo de Apoio ao Empreendedorismo (especificar o percentual para cada imposto, separadamente)		
VII	Lucro		
<b>TOTAL DO CONTRATO</b>		<b>100 %</b>	

**Orientações para o preenchimento da planilha:**

- a) A tabela acima deve ser utilizada como orientação, **podendo haver acréscimos de linhas e/ou colunas**, conforme a necessidade para melhor esclarecimento dos valores propostos.
- b) As descrições acima são meras contas sintéticas, devendo ser lançadas as contas analíticas para análise quanto aos **cumprimentos legais vigentes**.

Ex: **Mão de Obra especializada**: relacionar todas as categorias profissionais que serão utilizadas na execução do objeto com o respectivo piso salarial;

**Outros insumos**: relacionar o que compõe a conta.

**Tributos**: Federal, Estadual, Municipal, Simples Nacional

**Simples Nacional**: indicar que é beneficiário e o seu respectivo percentual.

**Local, dia, mês e ano.**  
**assinatura**



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÓRGÃO REQUISITANTE: CASA MILITAR DO GOVERNADOR DA PARAÍBA – CMG/PB

SETOR REQUISITANTE: GERÊNCIA OPERACIONAL DE TRANSPORTES AÉREOS- GOTAER

### 1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviço de cobertura de seguro aeronáutico de casco, reta e "Limite Único Combinado - LUC", para as aeronaves de asas fixas, tipo KING AIR B-250 - HAWKER BEECHCRAFT PREFIXO – PR-EPB - MODELO – BE 20 - Nº DE SÉRIE – BY-77 E SENECA V - PIPER AIRCRAFT - MODELO - PA-34 220 T - PREFIXO – PR-SPB - Nº DE SÉRIE – 3449477 pertencentes ao Estado da Paraíba, operadas pela Casa Militar do Governo do Estado da Paraíba, bem como a contratação de franquia de acionamento do seguro (em quantidade limite de 02 acionamentos por aeronave), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender às necessidades do Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB.

LOTE	ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QTDE
1	1	132047	SEGURO aeronáutico para aeronave King Air B-250, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.	Serviço	01
	2	132349	FRANQUIA para aeronave King Air B-200, conforme Termo de Referência.	Un*	02
2	3	132048	SEGURO aeronáutico para aeronave Sêneca V, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.	Serviço	01
	2	132350	FRANQUIA para aeronave Sêneca V, conforme Termo de Referência.	Un*	02

\* Quando houver sinistro total ou parcial, sendo o serviço por demanda.

#### 1.1 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB Opera 02 (dois) AVIÕES: King Air B-250 ano 2009, de matrícula PR-EPB, e Seneca V, ano 2013, de matrícula PR-SPB. De acordo com as

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGAP202400591



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB**

normas que regem o seguro aeronáutico - Condições Gerais e Especiais constantes do Manual de Seguros Aeronáuticos, publicação regulamentada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que visam a cumprir o disposto no Código Brasileiro Aeronáutico, Lei nº 7.565, de 1986, em seu Capítulo VI – Das Garantias de Responsabilidade, principalmente no artigo 281, e no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil (RBAC) nº 47, que regulamenta o funcionamento e atividades do Sistema de Registro Aeronáutico Brasileiro (RAB) – Todo explorador é obrigado a contratar o seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros.

É importante ressaltar que ao contratar o seguro, além do pagamento do prêmio, ato que efetiva a emissão da apólice, é necessário estabelecer a franquia para o caso de sinistros. A franquia, quando se trata de seguros, é o valor a ser pago pelo SEGURADO quando ocorre um sinistro, para que a seguradora efetue as ações necessárias para reparar os danos, como indenizações, conserto das aeronaves ou até mesmo sua substituição, sendo neste processo de contratação limitado a 02 acionamentos por aeronave.

## **1.2 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB demanda realizar procedimento licitatório para contratação de empresa registrada na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para a prestação do serviço de seguro aeronáutico para suas aeronaves. O seguro contratado deverá cobrir o “casco”, os “acessórios”, os “equipamentos especiais” contra sinistros aeronáuticos quando em solo ou em voos sobre terra e superfícies aquáticas (mares, rios, lagos, lagoas etc.), de instrução e habilitação operacional de pilotos para as referidas missões; de treinamento de qualificação de tipo, de obtenção de licenças e habilitações, de traslado de autoridades, de transporte administrativo de pessoas e carga, em voos de verificação de perícia (cheque e re-cheque) da ANAC e voos de verificação funcional (manutenção preventiva e corretiva), pouso em local não homologado, bem como outros sinistros, como, por exemplo, aqueles resultantes de colisão, choque, abaloamento, incêndio, raio e/ou descarga atmosférica e ainda em posição estática de hangaragem. Tal contratação será de responsabilidade da Casa Militar do Governador da Paraíba - CMG-PB.

Além das coberturas dos seguros, deverá ficar estabelecido os critérios para acionamento do seguro. A franquia para cada aeronave especificada neste processo abrangerá até 02 (dois) acionamentos, quando houver sinistro total ou parcial, sendo o serviço acionado por demanda, devendo ser realizada previsão orçamentária mediante emissão de declaração orçamentária e previsão contratual para autorização de pagamento.

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGCAP202400591



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB**

**1.3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

A contratação de seguro aeronáutico se faz necessário para promover a proteção das aeronaves do Estado operadas pela CMG, sua tripulação e passageiros, visando a garantia de indenização pelos prejuízos decorrentes de sinistros ocorridos com a mesma, bem como reembolsos de despesas e responsabilidades legais.

Em um acidente aeronáutico, a perda do valor da aeronave é fácil de mensurar, porém jamais será possível um cálculo do custo de uma perda referente a danos a terceiros. Desta forma, fica evidenciada a necessidade da cobertura de Responsabilidade Civil (LUC). Da mesma forma, o seguro Casco torna-se necessário devido à breve reposição da aeronave para continuidade das operações institucionais, mitigando o custo social da interrupção das atividades institucionais até a reposição do equipamento por meio licitatório.

Além da contratação do seguro em si, é necessário realizar a contratação da franquia, que deve ser paga mediante o acionamento do seguro, que ocorrerá apenas sob demanda. Essa contratação justifica-se para que haja a previsão desse pagamento em caso de sinistro total ou parcial de qualquer das aeronaves, que configura ação obrigatória para as ações da seguradora no que tange o acionamento das coberturas.

**2. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Não foi possível detectar solução cuja aplicação seja semelhante à do seguro aeronáutico, cujo escopo visa proteger o patrimônio da Contratante em caso de eventuais sinistralidades. Desta forma, resta constatado se tratar de solução única.

A forma de prestação do serviço é regulada e determinada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, através do Decreto-Lei Nº 73 de 21 de novembro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros e dá outras providências.

Em consulta de mercado, identificou-se duas seguradoras que oferecem a cobertura desejada, sendo a Mapfre Seguros Gerais e a Companhia Excelsior de Seguros. Ambas participam de contratações públicas, identificadas através de consulta a Atas de Pregão Eletrônico, conforme documentação juntada ao processo.

Verificou-se a prática de diferentes cálculos para precificação da franquia. Para aviões turboélices, a prática de mercado é de USD 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares americanos), enquanto

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGAP202400591





**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB**

que para aviões a pistão, o padrão é a franquia de 5% do valor do bem (valor segurado na cobertura CASCO).

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Diante do alto valor financeiro dos bens em questão, como também da necessidade de obtenção de cobertura para o “CASCO”, os “ACESSÓRIOS” e os “EQUIPAMENTOS ESPECIAIS” contra quaisquer sinistros que venham a ocorrer com a aeronave, tanto no solo quanto em voo, sejam eles em virtude de choque, colisão, abalroamento ou incêndio, aí incluídos aqueles decorrentes da operação normal ou ainda de fenômenos da natureza, como raios, descargas atmosféricas, vendaval, granizo, inundações, entre outros, foi percebida a necessidade de proteger este patrimônio do Estado, tendo em vista sua importância para a Governança e para as agendas do Governo.

A solução encontrada é a contratação de empresa para prestação de serviços de seguro do ramo aeronáutico para as aeronaves de prefixos PR-EPB e PR-SPB, operadas pela Casa Militar do Governador – CMG, por meio de Pregão Eletrônico, com a contratação de franquia para seu acionamento.

O serviço é enquadrado como único, considerando a cobertura por período (12 meses), tendo em vista que o seguro contempla diversos fatores, entre eles as características e valor da própria aeronave, equipamentos acoplados a ela e a experiência dos pilotos, porquanto a variação do valor atribuído aos bens segurados e a flexibilização natural dos preços de mercado demandam a vigência adstrita à apólice de 12 (doze) meses.

Considerando as necessidades da Administração, a solução escolhida, está definida por previsão legal na Lei 14.133/21, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública estadual direta, autárquica e fundacional.

Para todos os fins legais, entendemos que o objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum e contínuo, tendo em vista sua necessidade permanente, como preconiza o art. 6, incisos XIII e XV, da Lei nº. 14.133/2021:

*XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;*

*XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a*

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGAP202400591



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB**

*manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas;*

Além da definição de preços de referência, considerando os parâmetros definidos no art. 23 da Lei 14.133/21, bem como Decreto Estadual 42.967/22, a contratação ainda será conduzida por pregão eletrônico, o que trará ampla participação de interessadas que fará com que o preço a ser contratado se aproxime ao valor de mercado. Assim, a contratação será feita com preços compatíveis ao praticado no mercado.

## 6. ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

Considerando ser o aporte de Seguro Aeronáutico condição sine qua non para viabilizar as operações aéreas, e diante do número de aeronaves geridas por esta Secretaria, chegou-se ao quantitativo seguinte:

CÓDIGO	OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE
132047	SEGURO aeronáutico para aeronave King Air B-250, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.	Serviço	01
132349	FRANQUIA para aeronave King Air B-200, conforme Termo de Referência.	Un	02*
132048	SEGURO aeronáutico para aeronave Sêneca V, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.	Serviço	01
132350	FRANQUIA para aeronave Sêneca V, conforme Termo de Referência.	Un	02*

\* Quando houver sinistro total ou parcial, sendo o serviço por demanda.

## 7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O regime de execução é o de empreitada por valor global.

Considerando a peculiaridade da cotação de preços do serviço em tela estar condicionada a características específicas de cada aeronave, tais como: modelo; valor de mercado; equipamentos acoplados; disponibilidade de horas do motor; e experiência dos pilotos, é salutar compreender que a observância de pesquisas realizadas nos portais de compras públicas, tais como o Banco de Preços, se restringem a retratar um panorama geral de contratações da mesma natureza, não sendo portanto suficientes como mecanismos de mensuração de valor estimado. Diante disto, segue tabela abaixo, com dados de compras públicas, obtidos através de pesquisa no Banco de Preços, anexadas e pormenorizadas em Justificativa própria, anexada aos autos:

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800] [SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGCAP202400591



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB

TABELA DEMONSTRATIVA DE PESQUISA - BANCO DE PREÇOS			
Nº	ITEM	PREGÃO/UASG	VALOR
1	Seguro Aeronaves - Seguro Aeronaves Descrição complementar: Seguro garantia CASCO, acessórios e equipamentos especiais e contra terceiros Aeronave: Bombeiro 01,avião bimotor, fabricante Beech Aircraft, modelo BARON 58, prefixo PR-TXD ano 1980 n° série TH-1123	Nº Pregão: 103852023 / UASG: 925998	R\$ 196.266,67
2	Seguro Aeronaves - Seguro Aeronaves Descrição complementar: Seguro garantia CASCO, acessórios e equipamentos especiais e contra terceiros Aeronave: Bombeiro 02,avião monomotor, fabricante Cessna Aircraft, modelo Cessna 210N, prefixo PR-EPH,ano 1981 n° de série 21064278	Nº Pregão: 103852023 / UASG: 925998	R\$ 171.733,33
3	Corretagem - Seguro - PRÊMIO DE SEGURO CASCO + LUC (10 MILHÕES).AERONAVE CESNNA GRAND CARAVAN (C208B). PREFIXO: PR-DOA, ANO2013.TRIPULAÇÃO: 2. PASSAGEIROS: 9.PMD: 3960 KG.	Nº Pregão: 42023 / UASG: 200109	R\$ 133.600,00
4	Contratação de seguro aeronáutico para a aeronave prefixo PP OCZ operada pelo Serviço Aerotático - SAT.	Nº Pregão: 90002/2024 UASG: 180122	R\$ 380.000,00

Para estimar o valor para o seguro a ser contratado, apenas obteve-se 01 (uma) cotação. Então também foi levado em consideração o cálculo proporcional entre o valor do seguro e o valor do bem segurado para contratos localizados em bancos públicos de preço, demonstrando que o valor cotado pela empresa é vantajoso ao Estado, como visto no memorial de cálculo anexo ao processo.

Para a franquia, foi considerada a prática de mercado de USD 25.000,00 (vinte e cinco mil dólares americanos) para aviões com motor turboélice e 5% do valor segurado para aviões com motor a pistão, conforme tabela abaixo:

LOTE	ITEM	CÓDIGO	OBJETO	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	01	132047	SEGURO aeronáutico para aeronave King Air B-250, conforme a Superintendência de Seguros	01	R\$ 485.231,23	R\$ 485.231,23

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800] [SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGCAP202400591



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB**

			Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.			
	02	132349	FRANQUIA para aeronave King Air B-200, conforme Termo de Referência.	02	R\$ 129.000,00	R\$ 258.000,00*
02	03	132048	SEGURO aeronáutico para aeronave Sêneca V, conforme a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Código Brasileiro de Aeronáutica (CBA). Conforme Termo de Referência.	01	R\$ 189.942,68	R\$ 189.942,68
	04	132350	FRANQUIA para aeronave Sêneca V, conforme Termo de Referência.	02	R\$ 277.200,00	R\$ 554.400,00*
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO A SER LICITADO</b>						<b>R\$675.173,91</b>

\* Quando houver sinistro total ou parcial, sendo o serviço por demanda.

## 8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

O processo em questão visa a contratação de seguro aeronáutico para as duas aeronaves a serviço da Casa Militar do Governador da Paraíba. Diante das peculiaridades deste mercado, e considerando os critérios utilizados na composição das propostas, como valor da própria aeronave, equipamentos acoplados a ela, a experiência dos pilotos, porquanto a variação do valor atribuído aos bens segurados, os valores dos prêmios para ambos os aviões tendem a ser bastante diferentes.

Diante do exposto, e tendo em vista que o cálculo da franquia em caso de sinistro considera também peculiaridades da aeronave, no que tange a motorização dos aviões. Sendo assim, o parcelamento em 02 lotes é indispensável, com fins de agrupar os itens considerando cada aeronave, tendo em vista a franquia ser adstrita ao seguro, não sendo recomendado assim o parcelamento do lote, tendo em vista que cabe à seguradora que deterá o contrato providenciar os reparos necessários ao bem, mediante pagamento da franquia em caso de sinistro.

## 9. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se faz necessário proceder a outras contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação do serviço licitado atende toda necessidade existente.

## 10. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A contratação pleiteada encontra esteio e alinhamento no Plano de Contratação Anual - PCA, que prevê a contratação de empresa para fornecimento de seguro aeronáutico para as aeronaves da Casa Militar do Governador.

## 11. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800] [SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGCA202400591



**GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**CASA MILITAR DO GOVERNADOR – CMG/PB**

Com relação aos benefícios alcançados, poder-se-ia afirmar que são inúmeros, considerando os riscos potenciais das operações nos mais diversos aeroportos e aeródromos distribuídos em todo território nacional. Mesmo nos voos em condições favoráveis e dentro da previsibilidade, pode acontecer eventos de ingestão de detritos na turbina, colisão com fauna, estouro de pneu, entre outros. Assim, a contratação de seguro de Casco é medida que faz parte do dever de cuidado com a coisa pública e traz maior segurança para os operadores e para o Estado.

**12. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Não serão necessárias quaisquer adequações, quer seja logística, infraestrutura, pessoal, procedimental ou regimental.

João Pessoa-PB, Conforme data da assinatura eletrônica.

**ROBERTO ANDRADE DE MENEZES – 1º TEN QOBM**

Gerente Operacional de Transportes Aéreos da CMG/PB

Matrícula: 527.333-1

**POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**

Considerando a evidente necessidade da contratação de empresa para fornecimento de seguro aeronáutico para as aeronaves da **CASA MILITAR DO GOVERNADOR DA PARAÍBA-CMG/PB**, e considerando que há recursos orçamentários alocados para atender as despesas da presente aquisição, conclui-se pela total viabilidade da aquisição pretendida.

João Pessoa-PB, Conforme data da assinatura eletrônica.

**GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JÚNIOR - CEL QOC**

Secretário Executivo Chefe da Casa Militar do Governador da Paraíba

SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO  
CASA MILITAR DO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA  
Praça João Pessoa, S/Nº – Centro – João Pessoa-PB  
CEP: 58.013-140 Tel.: (83) 3216-8002  
E-mail: gabinete@cmg.pb.gov.br



Assinado com senha por [CMG74920] [SENHA] ROBERTO ANDRADE DE MENEZES e [CMG73800]  
[SENHA] GERALDO MARQUES DOS PRAZERES JUNIOR em 20/05/2024 - 09:45hs.  
Documento Nº: 5071902-7425 - consulta à autenticidade em  
<https://pbdoc.pb.gov.br/sigaex/public/app/autenticar?n=5071902-7425>



CMGCA202400591